

Projeto prevê porto seco em Paranapiacaba



Foto: Carla Carniel/Destak

Movimentos sociais, ONGs, acadêmicos e moradores cobram a prefeitura de Santo André em função de um Projeto de Lei que quer alterar o Plano Diretor para permitir um centro logístico na Vila de Paranapiacaba.

Em uma audiência pública convocada pela Câmara dos Vereadores na segunda-feira (19), para discutir o assunto, nenhum representante da gestão atual compareceu para tratar do tema.

Relacionado

O subdistrito é tombado por diversos órgãos como patrimônio histórico, além de ser previsto como local destinado exclusivamente à exploração turística. Em 2018, o prefeito Paulo Serra havia anulado um inciso que permitia o centro, uma vez que o Ministério Público o considera inconstitucional.

A vinda de um porto seco para a região tem como entrave o fato de a Vila estar inserida dentro da Reserva Biológica do Alto da Serra, a mais antiga unidade de preservação do Estado de São Paulo.

"O PL apresentado em abril altera o mapa de preservação da Vila e amplia a área de interesse econômico sem promover discussão pública alguma", disse a professora da UFABC Silvia Passarelli, que acrescenta que o Plano Diretor do município pode sofrer judicialização porque foi entregue à Câmara com atraso de seis meses.

Prefeitura

Em nota, o governo de Santo André afirmou que "a Prefeitura de Santo André reitera que se faz importante esclarecer que o Plano Diretor não autoriza a instalação de nenhum empreendimento específico na área de Campo Grande. A decisão de instalação ou não será determinada pela CETESB, que é o órgão competente para este tipo de análise. À CETESB cabe verificar se o projeto respeita todas as leis ambientais que regulamentam àquele tipo de bioma. Vale esclarecer também que o referido projeto não se trata de um "porto seco", mas sim de um centro logístico ferroviário, sem desembarço aduaneiro".

Em relação à presença de representantes da prefeitura na audiência pública do dia 19 de agosto de 2019, a prefeitura disse que havia a presença de funcionários da equipe técnica da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos e da Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego.

Sobre a entrega do Plano Direto, a assessoria de imprensa informou que o Ministério Público já emitiu parecer em relação à legalidade do processo, tanto quanto ao prazo quanto à questão da garantia da participação social no processo.